

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 3ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

Grupo de Trabalho:	GT-SAR-PCJ (CT-PL)
Reunião:	3ª Reunião do GT-SAR-PCJ
Data:	06/02/2026 (sexta-feira)
Local:	Reunião por videoconferência - Google Meet - Código da reunião: GPEHCAZVJA
Assuntos em discussão:	i. Balanço das apresentações realizadas durante a última reunião do GT; ii. Contribuições dos membros do GT a respeito da proposta de PPP elaborada pelo Governo do Estado de São Paulo; iii. Encaminhamentos relativos à posição dos Comitês PCJ na consulta pública.
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da memória técnica da 1ª Reunião do GT-SAR-PCJ, realizada em 14/03/2025, por videoconferência; 3. Balanço da 2ª Reunião do GT-SAR-PCJ, realizada em 23/01/2026, em Campinas/SP; 4. Contribuições sobre o projeto de PPP do SAR-PCJ; 5. Encaminhamentos relacionados ao GT; 6. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A respeito do item 3 da pauta, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro (SEMIL) usou a palavra para destacar que a apresentação trouxe um panorama geral do projeto, com enfoque nas vazões, traçados, tramos, barragens e distribuição espacial dos municípios, e que as manifestações evidenciaram pontos que ainda precisam ser mais bem detalhados no edital, reforçando o papel da consulta pública no aperfeiçoamento da proposta. Foram ressaltadas contribuições relevantes sobre a necessidade de integrar ações de recuperação ambiental da bacia e conservação do solo, a redução do número de municípios diretamente beneficiados de 28 para 21 e a consequente importância de diálogo com os municípios não contemplados, além de questionamentos sobre o acesso futuro às vazões incrementais, a lógica da outorga e da contratação no âmbito da PPP e os critérios de incentivos aos municípios, especialmente quanto aos indicadores e à forma de mensuração. Avaliou-se que a reunião foi positiva como termômetro da percepção das Bacias PCJ para a Companhia Paulista de Parcerias, e que a audiência pública subsequente reiterou esses pontos e acrescentou dúvidas sobre a dupla dominialidade nas bacias e seus reflexos no escopo do projeto, ficando aberta a possibilidade de complementação pelos demais membros do grupo. O Sr. Francisco Lahóz (Consórcio PCJ) destacou positivamente a decisão do Governo do Estado de retomar as obras das barragens, reconhecendo que se trata de investimentos inviáveis de serem suportados regionalmente, e avaliou como inovador e viável o modelo de PPP subsidiada proposto. Ressaltou a importância de ampliar e aprofundar o diálogo com os municípios não diretamente contemplados e com os demais setores usuários da bacia, especialmente quanto ao acesso futuro às vazões incrementais, enfatizando a necessidade de comunicação clara para evitar desinformação e garantir ganhos coletivos na segurança hídrica. O Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella (FIESP) ressaltou que as preocupações históricas dos usuários a jusante envolvem não apenas a regularização em períodos de estiagem, mas também a operação das barragens no controle de cheias, enfatizando seu papel potencial na atenuação de enchentes e a importância de uma operação integrada com o Sistema Cantareira. O Sr. Helmut Werner Forster (TIX Participações) manifestou preocupação com possíveis restrições ao uso do solo a montante das barragens. O Sr. Rodrigo Sanches Garcia (GAEMA Campinas) esclareceu que o plano de manejo da APA Sistema Cantareira ainda não foi concluído e enfatizou a ausência de um

Memória Técnica da 3ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

projeto ambiental integrado para as áreas de contribuição. Propôs que o GT oficialize de forma contínua seus questionamentos à SP Águas. A Sra. Nádia Zacharczuk (P.M. de Jundiaí) acrescentou que a proteção das áreas de entorno é insuficiente e sugeriu que o estado atue diretamente no ordenamento territorial, evitando a fragmentação de competências com os municípios. Manifestou ainda preocupação com os impactos ambientais e urbanísticos dos tramos do SAR e com o lançamento de águas do sistema no rio Jundiaí, atualmente enquadrado como classe 3. O Sr. Mateus Arantes (CT-SA) levantou dúvidas sobre a natureza jurídica e tarifária da água incremental a ser disponibilizada pelo SAR, questionando se haveria estímulo à substituição de outorgas regulares por contratos com a PPP, bem como sobre a integração operacional entre os Sistemas Cantareira e SAR. O Sr. Laerson Andia Jr. (P.M. de Santa Bárbara d'Oeste) buscou esclarecer o modelo proposto, destacando que os tramos não distribuem água diretamente, mas compensam sub-bacias com déficit hídrico. Reforçou que as outorgas atuais serão mantidas e que a SP Águas permanecerá como órgão outorgante sobre novas captações. O Sr. André Elia Neto (UNICA) questionou se os estudos do SAR consideraram a manutenção de vazões mínimas no Rio Piracicaba para fins paisagísticos e ambientais. O Sr. Sergio Razera (Agência PCJ) explicou o fluxo da outorga e da cobrança, ressaltando que a concessionária deverá obter outorga para a vazão incremental, sujeita à cobrança pelo uso da água, cujos recursos são destinados aos Comitês PCJ e distinguiu o papel da SP Águas como órgão outorgante e da concessionária como operadora. O Sr. Paulo Roberto S. Tinel (ASSEMAE) sugeriu que a SP Águas apresente formalmente aos Comitês o modelo de gestão das águas do SAR.

Sobre o item 4 da pauta, o Sr. Eduardo Leo (Agência PCJ) apresentou análise detalhada da documentação da PPP sob a ótica de um potencial investidor. Destacou fragilidades no detalhamento do projeto de engenharia, a excessiva abertura dos critérios de qualificação técnica da concessionária, a baixa pontuação atribuída à Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia (UTR Camanducaia) nos indicadores de desempenho, a ausência de previsão explícita sobre responsabilidade técnica e segurança de barragens, e lacunas na matriz de alocação de riscos, especialmente quanto à indisponibilidade hídrica, à qualidade da água e à ociosidade do sistema. Propôs ainda que o plano comercial da concessionária preveja o licenciamento ambiental de eventuais receitas acessórias. O Sr. Mateus Arantes (CT-SA) apresentou contribuições com foco no trecho Centro-Sul. Defendeu a obrigatoriedade de planos de contingência com participação das defesas civis municipais, a explicitação da prioridade dos operadores públicos nos contratos de fornecimento e a criação de indicadores de qualidade da água atrelados à remuneração variável da concessionária. Propôs ainda a destinação de recursos para melhoria tecnológica das estações de tratamento e para a preservação de nascentes e mananciais. O Sr. Alexandre Luis de Almeida Vilella (FIESP), apresentou três pleitos centrais. O primeiro refere-se à construção antecipada das regras operativas das barragens, com protagonismo dos Comitês PCJ, de modo análogo à atuação no Sistema Cantareira. O segundo propõe que os Comitês sejam formalmente ouvidos nos processos de outorga da PPP e nos contratos individuais de fornecimento, ainda que em caráter consultivo. O terceiro pleito trata da implantação de um programa de monitoramento qualitativo integrado à rede dos Comitês, com custos de implantação e operação assumidos pela concessionária. O Sr. Rodrigo Sanches Garcia (GAEMA Campinas) detalhou sua proposta de incorporação de um programa de recuperação ambiental nas áreas de contribuição dos reservatórios, nos moldes da Política de Mananciais do PCJ. A proposta prevê que a PPP custeie, em até 18 meses, o levantamento cadastral e diagnóstico de propriedades rurais, com

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 3ª Reunião do GT-SAR-PCJ (CT-PL)

	elaboração de Projetos Individuais de Propriedade e constituição de banco de dados georreferenciado. A fase seguinte contemplaria a implantação de uma unidade executiva para gestão das ações de recuperação. Informou ainda que encaminhou à SP Águas solicitação de consulta formal à ANA para mitigar riscos jurídicos relacionados à outorga das barragens. O Sr. Flávio Forti Stenico apresentou contribuições do Consórcio PCJ, incluindo proposta alternativa de traçado para o trecho Centro-Sul, manifestações de municípios sobre a necessidade de ampliação de outorga e questionamentos quanto à contabilização e contratação da vazão incremental para indústrias. Reforçou a importância da criação de reserva financeira com recursos tarifários para ações de conservação ambiental e defendeu que o Comitê se posicione formalmente pela manutenção das vazões mínimas do Sistema Cantareira durante a estiagem, condição considerada no balanço hídrico do SAR. Sobre o item 5 da pauta, o Sr. Denis Silva (SAA) informou que a consulta pública da PPP seria prorrogada por 15 dias. O grupo deliberou pela organização das contribuições em categorias – dúvidas, sugestões e pleitos – e pelo direcionamento dos temas aos respectivos órgãos competentes, notadamente a Companhia Paulista de Parcerias, a SP Águas e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. A Secretaria Executiva ficou responsável pela compilação, submissão à validação dos membros e envio oficial das contribuições.		
Responsável pela redação:	Secretaria Executiva dos Comitês PCJ		
Participantes – Nome (Entidade)			
1	Agustin Justo Trigo (ANA)	18	Luis Filipe Rodrigues (CT-MH)
2	Alexandre Luis Almeida Vilella (FIESP)	19	Luiz Antônio C. Silva Brasi (Rotary International)
3	André Elia Neto (UNICA)	20	Luiz Gustavo P. de Camargo (Química Amparo)
4	André Luiz Sanchez Navarro (SEMIL)	21	Luiz Mayr Neto (P.M. de Valinhos)
5	Antonio Carlos dos Santos (ABCON)	22	Marco Antonio dos Santos (ASSEMAE)
6	Bianca Caroline A. Leite (Consórcio PCJ)	23	Maria Augusta Padueli (SAEAN)
7	Carolina Damaceno Aquino (SAAE Mogi Mirim)	24	Maria Rodrigues Cabral (Resgate o Cambuí)
8	Daniel Ramos (Agência PCJ)	25	Mateus Batista Bento Arantes (CT-SA)
9	Denis Herisson da Silva (SAA)	26	Miguel Madalena Milinski (AAMHOR)
10	Eduardo Leo (Agência PCJ)	27	Paulo Roberto S. Tinel (ASSEMAE)
11	Flávio Forti Stenico (Consórcio PCJ)	28	Petrus Bartholomeu Weel (P.M. de Holambra)
12	Francisco Carlos Castro Lahóz (Consórcio PCJ)	29	Rafael Antonio A. Leite (Consórcio PCJ)
13	Gabriel Sobreira (Agência PCJ)	30	Raquel Quirino (Agência PCJ)
14	Gustavo Martinelli p/p Nádia Zacharczuk (P.M. de Jundiaí)	31	Rodrigo Sanches Garcia (GAEMA Campinas)
15	Helmut Werner Forster (TIX Participações)	32	Sergio Razera (Agência PCJ)
16	Jorge Antonio Mercanti (CIESP DR Campinas)	33	Teresa Penteado (Associação Resgate o Cambuí)
17	Laerson A. Júnior (P.M. de Sta. Bárbara d'Oeste)	34	Vanessa Longato (Agência PCJ)